

---

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PRODEMGE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte – MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, e seu compromisso é a modernização do setor público. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como foco a racionalização da máquina pública, objetivando a prestação de serviços à sociedade sempre de forma ágil e com qualidade.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 12 de março de 2014.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas, de maneira consistente, a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.

b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 5, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.

c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 5 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.

e) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.

f) A provisão para o Imposto de Renda foi calculada com base no lucro real mensal à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%; a provisão para Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9%.

g) As contingências passivas são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.

h) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

#### 4. CONTAS A RECEBER

Cliente	R\$ 1,00	
	2013	2012
<b>Estado de Minas Gerais:</b>		
Administração Direta	79.075.146	44.565.601
Administração Indireta	2.946.465	3.797.702
Outros	2.259	14.760
Serviços Realizados a Faturar	24.392.160	25.788.744
<b>Total Estado</b>	<b>106.416.029</b>	<b>74.166.807</b>
<b>Extra Estado</b>		
Prefeituras	1.677.072	1.192.487
<b>Total Extra Estado</b>	<b>1.677.072</b>	<b>1.192.487</b>
<b>Total</b>	<b>108.093.101</b>	<b>75.359.294</b>

#### 5. TANGÍVEL

	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	R\$1,00		Taxas anuais de depreciação
			2013	2012	
			Líquido	Líquido	
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.572.219	(7.919.173)	11.653.046	7.844.514	4%
Equipamentos Processamento de Dados	53.365.427	(31.090.328)	22.275.099	21.310.779	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.323.942	(799.863)	524.079	632.535	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	669.338	(669.268)	70	1.592	7%
Veículos	337.390	(187.378)	150.012	16.352	20%
Software	3.127.866	(874.421)	2.253.445	2.284.725	20%
Outros	21.275	-	21.275	21.275	-
<b>Total</b>	<b>88.817.457</b>	<b>(41.540.431)</b>	<b>47.277.026</b>	<b>42.511.772</b>	

A reserva de reavaliação de Edificações realizada no exercício, decorrente da depreciação e incluída na movimentação anual, perfaz o valor de R\$98.547 no fim de 2013 e R\$98.547 em 2012. Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.763.374, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações. A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

## 6. INTANGÍVEL

	R\$ 1,00			
			2013	2012
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software e Aplicativos Próprios	-	-	-	8.589.815
Direito de Uso de Sistemas	41.405.200	(29.437.757)	11.967.444	13.478.747
<b>Total</b>	<b>41.405.200</b>	<b>(29.437.757)</b>	<b>11.967.444</b>	<b>22.068.562</b>

Em atendimento ao Ofício nº 770/2009<sup>1</sup>, de 10/8/2009, do Comitê de Governança Corporativa, a Prodemge adotou o critério de reconhecer a baixa gradual dos Softwares e Aplicativos Próprios, em perdas, à base de 20% ao ano. No ano de 2013, o valor da baixa, incluída na movimentação, foi de R\$8.559.815 e de R\$8.559.815 em 2012. Com a baixa realizada no ano de 2013, os valores apropriados na conta foram totalmente baixados.

## 7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	R\$ 1,00	
	2013	2012
PASEP	1.124.234	4.601.219
INSS	1.269.596	995.265
COFINS	4.812.555	2.504.645
Salários e Honorários a pagar	3.564.163	4.485.001
FGTS	723.917	655.617
Plano Previdencial Libertas	2.008.082	1.687.681
Contribuições retidas na fonte	66.594	84.145
Benefício Pós Emprego	11.699.873	2.594.230
	<b>25.269.012</b>	<b>17.607.803</b>

A Companhia possui um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, no valor original de R\$3.805.035, cuja questão está *sub judice*. O valor atualizado para dezembro/2013 é de R\$4.136.082 classificado como Passivo Não Circulante.

<sup>1</sup> OF.SEF.GAB.SADJ./770/09, de 10/8/2009: "... Comunico-lhe, por oportuno, que o Comitê entendeu que a PRODEMGE deverá promover a baixa desses ativos à medida em que for registrando aumentos em seu patrimônio líquido e deliberou que a SEF deve procurar alternativas para transferir outros ativos para a Empresa, sob a forma de aporte de capital, de modo a contribuição para a substituição dos ativos intangíveis do Estado apropriados contabilmente pela mesma."

## 8. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	R\$1,00	
	2013	2012
<b>DÉBITO CONSOLIDADO</b>	<b>37.758.119</b>	<b>37.758.119</b>
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo		
Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
<b>Dívida Líquida Consolidada</b>	<b>29.458.775</b>	<b>29.458.775</b>
Pagamento de Parcelas	(24.706.403)	(21.600.116)
Atualização Monetária	25.591.005	24.815.951
<b>Saldo devedor REFIS</b>	<b>30.343.377</b>	<b>32.674.610</b>
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(7.464.900)	(9.424.488)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(47.215)	(50.821)
<b>Saldo devedor REFIS a valor presente</b>	<b>22.831.261</b>	<b>23.199.301</b>
Menos: Passivo Circulante	(1.723.825)	(1.691.825)
<b>Não Circulante</b>	<b>21.107.437</b>	<b>21.507.476</b>

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2034.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2013;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2013, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações; e
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2013.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.

A Companhia liquida regularmente os impostos e contribuições vencidos após 29 de fevereiro de 2000, condição essencial para a sua permanência nesse programa de recuperação fiscal.

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### ▪ Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1 cada.

### ▪ Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007 (vide nota explicativa nº 5). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

A reserva decorrente da reavaliação de Software e Aplicativos Próprios vem sendo realizada desde o exercício de 2009, sendo que, com a realização da parcela de R\$5.870.466 do ano de 2013, foi totalmente realizada.

Realizado em dezembro de 2013 o valor de R\$98.547 referente à realização da Reserva de Reavaliação de edificações.

▪ **Reservas de lucros**

- Legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício de 2012, no valor de R\$149.014.

- Retenção de Lucros

Constituída com base na apuração do resultado de 2012, no valor de R\$8.800.273 e destinada para aplicação em investimentos tecnológicos da Companhia na 39ª reunião da Assembleia Geral Ordinária – AGO de 17 de abril de 2013.

O valor orçado e aprovado para execução da Reserva de Retenção de Lucros teve a seguinte destinação durante o exercício de 2013:

DESCRIÇÃO	R\$	
Retenção de lucros p/ aplicação em investimentos tecnológicos	8.800.274	
(-) Execução orçamentária realizada		
- Contrato PS-717/2013 – Aceco TI Ltda.	(6.950.000)	(a)
- Contrato AE-134/2013 – Actar Connectivity Engenharia de Telecomunicações Ltda.	(1.101.534)	(b)
Sub-total	748.739	
(-) Execução orçamentária a ser realizada em 2014		
- 1º Aditivo Contratual PS-717/2013 – Aceco TI	(536.217)	(c)
Saldo remanescente para investimento em 2014	212.523	

- a) Deliberação da Diretoria nº 157/2012, de 07/11/2012 – Ampliação da infraestrutura do datacenter da Prodemge.  
Objeto: Contratação da empresa Aceco TI Ltda. para execução das obras de engenharia necessárias à ampliação da infraestrutura do datacenter da Prodemge, contemplando ampliação do sistema elétrico e instalação de sala de homologação (Colocation 3).  
Contrato PS-717/2013 – vigência: 22/03/2013 a 22/11/2014  
Valor: R\$6.950.000 (seis milhões, novecentos e cinquenta mil reais)
- b) Deliberação da Diretoria nº 102/2013, de 07/08/2013 – Ampliação dos firewall centrais da PRODEMGE.  
Objeto: Contratação da Empresa Actar Connectivity Engenharia de Telecomunicações Ltda. para fornecimento, instalação, suporte e manutenção de solução de Firewall.  
Contrato AE-134/13 – vigência: 08/11/2013 a 08/11/2015  
Valor: R\$1.101.534 (um milhão, cento e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais).
- c) Deliberação da Diretoria nº 135/2013, de 16/10/2013 – Aditivo ao contrato PS-717/2013, para prorrogação da vigência e acréscimo de valor.  
Vigência: 22/03/2013 a 22/11/2014  
Valor: R\$536.217 (quinhentos e trinta e seis mil, duzentos e dezessete reais).

No exercício de 2013 a PRODEMGE apresentou prejuízo no valor de R\$8.665.554. De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

A Companhia, após realizar a Reserva de Reavaliação, apresentou saldo na conta de lucros acumulados de R\$5.969.013, utilizado para absorver parte do prejuízo, restando R\$2.695.541 em prejuízos acumulados.

Para absorção do valor remanescente, utilizou-se de parcela do valor registrado como Reserva de Retenção de Lucros, restando R\$6.103.732 para ser utilizado como determina a Lei 6.404/76.

A seguir é demonstrada a realização da Reserva de Reavaliação e a utilização de parte da Reserva de Retenção de Lucros para absorção do prejuízo apurado no exercício de 2013.

**Conta Contábil: Lucros/Prejuízos acumulados:**

<b>EVENTO</b>	<b>VALOR</b>	<b>SALDO</b>
Prejuízo do exercício em 31/12/2013		(8.665.554)
Compensações:		
- Lucro acumulado decorrente de Realização da reserva de reavaliação	5.969.013	(2.696.541)
- Utilização da Reserva de Retenção de Lucros	2.696.541	-

**Conta Contábil: Reserva de Retenção de Lucros**

<b>EVENTO</b>	<b>VALOR</b>	<b>SALDO</b>
Reserva de Retenção de Lucros - investimentos tecnológicos		8.800.274
- Utilização da Reserva de Retenção de Lucros	(2.696.541)	6.103.733

## 10. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

<b>Item</b>	<b>Vr. Segurado (R\$)</b>	<b>R\$1,00</b>
Prédio I	600.000	
Prédio II	7.000.000	
Datacenter	21.000.000	
Estoque de Materiais	160.000	
Certificação Digital	1.000.000	
Veículos	Valor de mercado	

## 11. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO – PASSIVO ATUARIAL

A Companhia, desde 1º de outubro de 1994, é uma das patrocinadoras do Plano de Benefícios administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social, com a finalidade principal de complementar os benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados. Na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 7, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$2.008.082 em 2013 e R\$1.687.681 em 2012.

Em decorrência desse patrocínio, a Companhia assumiu, em 27 de março de 1998, um débito de R\$13.217.852, a título de financiamento do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1998.

Em 22 de janeiro de 2013, em atendimento aos apontamentos expedidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, a Companhia assinou termo de renegociação, confissão e parcelamento de dívida, alterando o índice de reajuste das parcelas devidas, de Taxa Referencial (TR) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e a consequente recomposição das diferenças levantadas, considerando-se como data base o mês de maio de 2002. Esse recálculo resultou no acréscimo de R\$12.456.994 ao valor do parcelamento. O valor presente do débito em 31 de dezembro de 2013 é de R\$17.812.151 e de R\$7.446.369 em 31 de dezembro de 2012, restando ainda 52 parcelas para pagamento.

## 12. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, justiça comum e justiça federal, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 48 processos, dos quais 35 referem-se a processos trabalhistas, 12 processos na vara da Fazenda Pública e um processo na justiça federal.

Para o exercício de 2013, as provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$6.716.376, conforme demonstrado abaixo:

### a) JUSTIÇA DO TRABALHO

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta são em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, Participação nos Lucros e Resultados – PLR, 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –FGTS, sobreaviso e diferenças salariais decorrentes de isonomia de função. Ressalte-se, inclusive, uma ação movida pelo sindicato da categoria pleiteando a PLR de 2006 a 2010, representando 66% do valor total a provisionado.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária em 29 processos (60% do total dos processos), representando 34% do valor total a provisionado. Caso o pleito seja decidido como procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados como perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

A classificação das contingências trabalhistas pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	307.556
Perda Possível	1.000
Perda Provável	6.716.376
<b>Total das ações na Justiça do Trabalho</b>	<b>7.024.932</b>

### b) JUSTIÇA COMUM

Sendo a Companhia uma empresa pública, as ações movidas na Justiça Comum correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação dessas contingências pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	196.227
Perda Possível	3.000
Perda Provável	-
<b>Total das ações na Justiça Comum</b>	<b>199.227</b>

### c) JUSTIÇA FEDERAL

A Companhia possui uma ação no âmbito da Justiça Federal, decorrente de execução fiscal relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Salário Educação), classificada pela assessoria jurídica em perda remota, no valor de R\$34.000.

### 13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor, e oferece aos seus colaboradores duas modalidades de Planos Previdencial, quais sejam:

#### Plano de Benefícios Definido

A seguir, as principais características do Plano Previdencial modalidade BD (Benefício Definido), vigente em 2013, avaliadas para fins de atendimento às disposições da Deliberação nº 695/2012 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Plano de Benefícios está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), modalidade em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado, denominado Plano RP5/RP5-II, com início operacional em 01/10/1994, que contempla:

- Benefícios Programados: suplementação de aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, especial e suplementação do décimo terceiro; e
- Benefícios de Risco: suplementação de aposentadoria por invalidez, de auxílio doença, de pensão por morte, de auxílio reclusão, do décimo terceiro e pecúlio por morte.

Além dos benefícios acima, o Plano contempla os seguintes Institutos previstos em Lei complementar 109/2001:

- Benefício Proporcional Diferido, Resgate, Portabilidade e Auto-patrocínio.

Ao ingressar no plano, os participantes estabelecem sua contribuição mensal, de acordo com a idade e salário.

A partir do exercício de 2010 houve a necessidade de alteração dos procedimentos para a contabilização dos compromissos relativos aos planos de benefícios pós-emprego, sendo que, conforme notas expedidas pela CVM, as empresas implantaram para o encerramento do citado exercício as normas dispostas nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e CPC 33 (Deliberação CVM nº 600), em substituição à Deliberação CVM nº 371 até então adotada.

A partir de 01/01/2013, novas regras foram aplicadas, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (Pronunciamento Técnico CPC 33 – R1). De acordo com essa regra, o reconhecimento de ganhos/perdas deve ser feito no próprio exercício em ORA – Outros Resultados Abrangentes.

O valor do patrimônio líquido foi informado pela Fundação Libertas e a Prodemge o considerou adequado para os objetivos deste trabalho. O valor utilizado no cálculo foi de R\$279.093.039.

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses adotadas na avaliação atuarial foram definidas pela Prodemge, em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do item 93 do Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela CVM nos termos da Deliberação nº 600, a saber:

- Exercício de 2012 – reconhecimento de ganhos/perdas pela regra do corredor, considerando que o valor de ganhos/perdas atuariais acumuladas, provisionados mensalmente, foi considerado suficiente para o equilíbrio do plano.
- Exercício de 2013 – reconhecimento de R\$12.199.171 como Ajuste de Avaliação Patrimonial – Outros Resultados Abrangentes, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia.

A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	R\$1,00	
	2013	2012
<b>A. RECONCILIAÇÃO DO VALOR DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS</b>		
Valor das obrigações no início do ano	(322.526.957)	(293.622.582)
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(16.927.831)	(4.406.615)
Juros sobre a obrigação atuarial	(17.319.698)	(15.132.327)
Contribuições de participantes vertidas ao Plano		
(Ganho)/perda atuarial	54.906.708	(20.994.812)
Benefícios pagos no ano	13.543.632	11.629.380
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>(288.324.145)</b>	<b>(322.526.957)</b>
<b>B. RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS</b>		
Valor justo dos ativos no início do ano	248.928.870	216.471.862
Rendimento esperado no ano	20.597.285	11.590.960
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	9.198.926	19.335.783
Contribuições de patrocinadoras (não inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	6.825.011	6.554.859
Contribuições de participantes vertidas ao Plano	7.086.580	6.604.786
Benefícios pagos no ano	(13.543.632)	(11.629.380)
<b>Valor justo dos ativos no final do ano</b>	<b>279.093.039</b>	<b>248.928.870</b>
<b>C. CONCILIAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO (parcial ou totalmente cobertos)</b>		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	288.324.145	322.526.957
Valor justo dos ativos do plano	279.093.039	248.928.870
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	9.231.106	73.598.087
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura (planos sem ativos financeiros)		
Ganho/(perda) atuarial não reconhecido		(15.683.727)
Custo do serviço passado não reconhecido	(21.430.277)	(23.241.286)
Montante não reconhecido como ativo/(passivo)		
<b>(Passivo)/Ativo líquido</b>	<b>(12.199.171)</b>	<b>34.673.074</b>
<b>D. COMPONENTES DA DESPESA / (RECEITA) DO PLANO</b>		
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente	(16.927.831)	(4.406.615)
Juros sobre as obrigações atuariais	(17.319.698)	(15.132.327)
Rendimento esperado dos ativos do plano	20.597.285	11.590.960
Rendimento esperado dos ativos reembolsáveis		
Amortização do custo do serviço passado	(1.811.009)	(1.811.009)
<b>Total da (despesa) receita a ser reconhecida</b>	<b>(15.461.253)</b>	<b>(9.758.992)</b>

	R\$1,00	
	2013	2012
<b>E. PRINCIPAIS HIPÓTESES ATUARIAIS</b>		
Taxa de desconto real atuarial anual	5,29%	5,37%
Taxa média de aumento real do salário	1,40%	1,44%
Taxa estimada de inflação ao longo prazo	5,00%	4,50%
Fator de Capacidade	98,03%	98,03%
<b>F. ATIVOS DO PLANO (percentual de alocação dos ativos)</b>		
Renda variável	14,27%	9,40%
Renda fixa	72,22%	76,85%
Imóveis	7,16%	6,94%
Outros	6,36%	6,81%
Total	100,00%	100,00%
<b>G. HISTÓRICO DE GANHOS E PERDAS OBSERVADOS</b>		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	288.324.145	322.526.957
Valor justo dos ativos do plano	279.093.039	248.928.870
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	9.231.106	73.598.087
(Ganhos)/perdas observados nos ativos		
Valor	9.198.926	19.335.783
Percentual dos ativos do plano	3,30%	7,77%
(Ganhos)/perdas observados nas obrigações atuariais		
Valor	54.906.708	(20.994.812)
Percentual dos ativos do plano	19,04%	-6,51%
Total de (ganhos)/perdas observados no exercício	64.105.634	(1.659.029)
<b>H. RESUMO DOS DADOS CADASTRAIS</b>		
Data das estatísticas	31/08/2012	31/08/2012
<b>Participantes em Atividade</b>		
Quantidade	501	718
Idade Média	50,3	47,1
Salário Médio Mensal	5.780	4.995
Soma de Salários	2.895.616	3.586.101
<b>Assistido Temporário</b>		
Quantidade	9	4
Idade Média	51,3	53,0
Salário Médio Mensal	7.365	7.364
Soma de Salários	66.284	30.536
<b>Mantidos (diversos)</b>		
Quantidade	65	10
Idade Média	48,9	46,8
Salário Médio Mensal	3.505	
Soma de Salários	227.817	
<b>Assistidos Aposentados</b>		
Quantidade	253	232
Idade Média	61,3	61,7
Benefício Médio Mensal	3.935	3.651
Soma de Benefícios	995.558	846.938
<b>Assistidos Pensionistas</b>		
Quantidade Beneficiários	59	35
Quantidades Pensões	31	26
Idade Média	54,4	48,7
Benefício Médio Mensal	1.987	1.832
Soma de Benefícios	61.592	47.630

## Plano de Contribuição Definida – CD – ProdemgePrev

A Prodemge também oferece aos seus colaboradores que não participam do plano de previdência na modalidade de Benefício Definido – (BD) a participação em um plano de previdência do tipo contribuição definida – (CD).

### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para o exercício de 2013, a Companhia apresentou um resultado contábil negativo de R\$ 8.665.554. Após as considerações das adições e exclusões fiscais permitidas, apurou lucro real e base de contribuição social positiva, controlados através do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), da seguinte forma:

	R\$ 1,00	
	<u>CONTRIBUIÇÃO</u>	<u>IMPOSTO</u>
	<u>SOCIAL</u>	<u>DE RENDA</u>
<b>RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IR/CSLL</b>	(8.489.095)	(8.489.095)
Adições	10.025.534	10.025.704
Exclusões	(474.839)	(583.386)
<b>LUCRO REAL</b>	<b>1.061.600</b>	<b>953.223</b>
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(318.480)	(285.967)
<b>RESULTADO TRIBUTÁVEL</b>	<b>743.120</b>	<b>667.256</b>
Incentivo PAT	-	(4.004)
Licença Maternidade	-	(29.232)
<b>PROVISÕES</b>	<b>66.881</b>	<b>109.578</b>

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

### 15. REVISÃO DA VIDA ÚTIL

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil a PRODEMGE, com a utilização de fontes internas, avaliou se houve alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos modificaram a representatividade econômica no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que pudesse ser considerada relevante. Com esse procedimento, verificou que não houve indicação da necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos.

Não foram detectadas mudanças significativas na medida ou maneira em que os ativos estão sendo utilizados. Não há evidências de mudanças que possam tornar um bem inativo ou que a administração planeja descontinuar, restaurar ou baixar antecipadamente, ou, ainda, que um ativo possa ter vida útil alterada ou indicação de que as taxas de depreciação atualmente utilizadas pudessem ser diferentes em função das condições atuais de operacionalidade do conjunto de bens do ativo imobilizado.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renata Maria Paes de Vilhena – Presidente  
Isabel Pereira de Souza  
Catão de Castro Neto  
José Domingos Filho  
Cláudia Venuto Castro Soares de Moura  
Andréa Maria Lopes de Aguiar

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Isabel Pereira de Souza – Diretora-Presidente  
Baldonado Arthur Napoleão – Diretor Vice-Presidente  
Paulo César Lopes – Diretor  
Nathan Lerman – Diretor  
Maria Luiza de Oliveira Jakitsch – Diretora  
Raul Monteiro de Barros Fulgêncio – Diretor

#### CONSELHO FISCAL

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira  
Maria de Fátima Oliveira Ribeiro  
Maria Beatriz Horta Quina

#### SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Aline Alessandra Queiroz

#### GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Maria Kátia Lacerda de Oliveira  
Contadora – CRC MG – 065.189/O-8